



Documento Assinado Digitalmente por: ERACILDO BARBOSA TEIXEIRA, ANTONIO SALES DE SOUZA
Acesse em: <https://etce.tce.pe.gov.br/epp/validaDoc.seam> Código do documento: afceb909-6400-4dec-bd8f-8ca0ec232dc2



**Fundo
previdenciário do
Município de
Santa Cruz - PE**

**Demonstrativo da Dívida Flutuante
da
Lei Nº 4.320/64 MCASP**



Documento Assinado Digitalmente por: ERACILDO BARBOSA TEIXEIRA, ANTONIO SALES DE SOUZA
Acesse em: <https://etce.ice.pe.gov.br/ppv/validaDoc.seam> Código do documento: afceb909-d3d4-4ced-bd8f-8ca0ec232dc2

Demonstrativo da Dívida Flutuante

**ANEXO 17 – DEMONSTRATIVO DA DÍVIDA FLUTUANTE DA LEI Nº 4.320/64 MCASP
FUNDO PREVIDENCIÁRIO DO MUNICÍPIO DE SANTA CRUZ**

**Demonstrações Contábeis e das Notas Explicativas referentes ao
exercício financeiro de 2022**

Contador **Antônio Sales de Souza** CRC/PE 18.238/O



APRESENTAÇÃO

O Demonstrativo da Dívida Flutuante foi elaborada de acordo com o Anexo 17 da Lei Federal 4.320/64, com atualizações guiadas pela Portaria STN nº 438, de 16 de Julho de 2012 e as Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público – NBCASP. A elaboração da Demonstração Contábil e da Notas Explicativas referente ao exercício financeiro de 2022, abragem as informações do RPPS. Foram elaboradas a partir das informações constantes no Sistema de Contabilidade Pública Integrado – SCPI – Fiorilli Software, onde servidores municipais efetivos e/ou comissionados ligados diretamente a supervisão da Secretaria de Finanças, em conjunto com a assessoria do Contador Antonio Sales de Souza CRC 18.238/O-8, o utilizam para a execução orçamentária, financeira e patrimonial, em conformidade com diretrizes de lançamentos estabelecidos pela 9ª Edição do Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP), conforme Portaria Conjuntiva STN/SOF/ME nº 117, de 28 de outubro de 2021, Portaria interministerial STN/SPREV/ME/MTP nº 119, de 04 de Novembro de 2021 e Portaria STN nº 1.131, de 04 de novembro de 2021. Sendo assim, à elaboração dessas Demonstrações Contábeis e das Notas Explicativas, tem como objetivo dar transparência referente às informações contábeis, patrimoniais, orçamentarias, econômicas e financeiras da Prefeitura Municipal de Santa Cruz.

O Demonstrativo da Dívida Flutuante demonstrará em linhas gerais a dívida de curto prazo, compreendendo, segundo a Lei 4.320/64, os restos a pagar, excluídos os serviços da dívida; os depósitos (consignações, cauções e outros depósitos) e os débitos de tesouraria. Em Pernambuco, tratando-se de demonstrações contábeis municipais, o TCE/PE adaptou à estrutura desta demonstração, organizando-a de acordo com o Anexo XXV da Resolução TCE/PE nº 189, de 14 de dezembro de 2022, trazendo um modelo sintético, dando ênfase nos restos a pagar, acompanhada de quadros complementares com um maior nível de detalhamento. Porém sem perder a essência da demonstração que é a exposição circunstanciada dos passivos de curto prazo do município. Suas Notas Explicativas seguiram as normatizações da Resolução TCE/PE nº 189, de 14 de dezembro de 2022, em conformidade com os anexos XIX e XXV, da resolução supracitada, no que diz respeito a sua estrutura mínima.

Perfazemos a análise sobre os dados do exercício de 2022, verifica-se que constará como saldo anterior o valor de R\$ 44.799,75. O saldo da dívida flutuante para o exercício seguinte foi de R\$ 43.799,75, Mantendo o mesmo valor do início do exercício, assim R\$ 0,00 na Dívida Flutuante do exercício. Então, assim, após esta breve introdução, apresentamos a íntegra do Demonstrativo da Dívida Flutuante com suas respectivas Notas Explicativas para o exercício financeiro de 2022.

Eracildo Barbosa Teixeira

Gerente Previdenciário

Período de gestão: 01/01/2022 a 31/12/2022.

Antonio Sales de Souza

Contador



ESTADO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE CONTAS

Resolução TC Nº 190, de 14º de dezembro de 2022
ANEXO XVI

ANEXO T

P



FUNPRESC - FUNDO PREV. DO MUNICIPIO DE SANTA CRUZ
DEMONSTRATIVO DA DÍVIDA FLUTUANTE

Documento Assinado Digitalmente por: ERACILDO BARBOSA TEIXEIRA, ANTONIO SALES DE SOUZA
Acesse em: <https://etce.tce.pe.gov.br/ep/validaDoc.seam> Código do documento: afceb909-d3d4-4ced-bd8f-8ca0ec232dc2

TÍTULOS	SALDO ANTERIOR	MOVIMENTO DO PERÍODO					SALDO P/ O PERÍODO SEGUINTE
		INSCRIÇÃO	BAIXA		TRANSF. RP NAO PROC. LIQ		
			PAGTO	CANC.	INSCR	BAIXA	
RESTOS A PAGAR - PROCESSADOS							
EXERCÍCIO 2020	1.050,00	0,00	0,00	1.050,00	0,00	0,00	0,00
Sub-total	1.050,00	0,00	0,00	1.050,00	0,00	0,00	0,00
RESTOS A PAGAR - NÃO PROCESSADOS							
EXERCÍCIO 2021	150,00	0,00	0,00	150,00	0,00	0,00	0,00
Sub-total	150,00	0,00	0,00	150,00	0,00	0,00	0,00
DEPÓSITOS E CONSIGNACÕES							
IMPOSTO SOBRE A RENDA RETIDO NA FONTE - IRRF	30.309,56	119.788,13	118.808,13	0,00	0,00	0,00	31.289,56
ISS	13.475,19	2.250,00	3.230,00	0,00	0,00	0,00	12.495,19
RETENÇÕES - EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS	0,00	294.005,61	294.005,61	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTROS CONSIGNATÁRIOS	15,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	15,00
Sub-total	43.799,75	416.043,74	416.043,74	0,00	0,00	0,00	43.799,75
TOTAL	44.999,75	416.043,74	416.043,74	1.200,00	0,00	0,00	43.799,75

ERACILDO BARBOSA TEIXEIRA
GESTOR
007.799.164-84

*

*



FUNDO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES MUNICIPAIS DE CALUMBI
Exercício de 2022

NOTAS EXPLICATIVAS
(ANEXO 17 – DEMONSTRATIVO DA DÍVIDA FLUTUANTE DA LEI Nº 4.320/64 MCASP)

INFORMAÇÕES GERAIS:

- a) **Nome do órgão ou entidade responsável pela consolidação:**
Fundo Previdenciário do Município de Santa Cruz
- b) **Natureza jurídica da entidade:**
133-3 – Fundo Público de Administração Direta Municipal
CNPJ: 08.702.822/0001-26
Principal atividade econômica da entidade: 83.30-2-00 – Seguridade Social Obrigatória
- c) **Domicílio da entidade:**
Avenida Três de Maio; nº __ ; Centro; CEP 56.215-000; Santa Cruz – PE
- d) **Natureza das operações e principais atividades do órgão ou entidade consolidadora:**
O Fundo Previdenciário do Município de Santa Cruz - PE possui a natureza jurídica perante a Receita Federal do Brasil com o código “133-3 - Fundo Público da Administração Direta Municipal”, sendo sua atividade principal classificada como: 65.41-3-00 – Previdência complementar fechada”. A execução orçamentária foi realizada baseada na Lei Municipal nº 675/2020, de 22 de outubro de 2020 (Lei Orçamentária Anual – LOA 2021). Sua fonte financeira deriva das transferências do Município das contribuições retidas dos servidores ativos e obrigação do ente em forma de alíquota
- e) **Declaração de conformidade com a legislação e com as normas de contabilidade aplicáveis:**
A entidade pública do Poder Executivo Municipal declara que as Demonstrações Contábeis do Fundo Previdenciário do Município de Santa Cruz, compreendendo o período de 01 de janeiro a 31 de dezembro do exercício de 2022, apresentam adequadamente a posição: patrimonial e financeira e estão em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, dentro dos padrões estabelecidos pelas Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público - NBCASP, sendo observadas as limitações decorrentes do processo de adesão as NBCASP e as circunstâncias narradas nas notas explicativas.
Este demonstrativo contábil foi elaborado em conformidade com o modelo definido pela Lei Federal nº 4.320/64, Portaria Conjunta STN/SOF/ME nº 117, de 28 de outubro de 2021, Portaria Interministerial STN/SPREV/ME/MTP nº 119, de 04 de novembro de 2021 e Portaria STN nº 1.131, de 04 de novembro de 2021 que estabelece o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP) – 9ª Edição, que regulamenta a contabilidade pública brasileira.
Os procedimentos de registro, mensuração e evidenciação obedecem no todo ou em parte no que couber as Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público, publicadas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), em especial a NBC T SP 16.6 (R1), que trata das demonstrações contábeis das entidades. As situações contábeis não





previstas na legislação e nas normas de contabilidade foram tratadas segundo as regras dos normativos internacionais publicados pelo *International Federation of Accountants* – IFAC através da *International Public Sector Accounting Standards* – IPSAS, que visam promover a convergência com as Normas Internacionais de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público.

Quanto aos aspectos de escrituração das contas este demonstrativo atende as exigências contidas no art. 50 da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF). Por fim, declaramos que este demonstrativo atende as exigências normativas e legais estabelecidas para a contabilidade aplicada ao setor público e está aderente as regras estabelecidas pelo Índice de Consistência Contábil (ICC) do TCE-PE.

f) Informações Adicionais Exigidas pela Resolução TCE-PE Nº 189/2022 e pelo Índice de Consistência e Convergência Contábil (ICC) do TCE-PE:

Estrutura e Apresentação das Demonstrações Contábeis: O Demonstrativo da Dívida Flutuante obedece a estrutura definido no Anexo XXV da Resolução TC Nº 189/2022. Foi utilizado o modelo sintético, complementando por quadros e informações adicionais em notas explicativas. Esta demonstração contábil atende as exigências do índice de Consistência e Convergência Contábil (ICC) do TCE-PE

g) Consolidação das Demonstrações contábeis abrangendo:

Esta demonstração contábil abrange as informações dos dados do Fundo Público da Administração Direta do Fundo de Previdência dos Servidores Municipais de Santa Cruz que compõe o Poder Executivo.

h) Dados do Gestor:

Eracildo Barbosa Teixeira, Gerente de Previdência de Santa Cruz – PE no período de 01/01/2021 a 31/12/2022.

i) Dados do contador responsável pelos aspectos formais das demonstrações contábeis inclusive as notas explicativas:

j) Antonio Sales de Souza CRC/PE nº 18.238/O. E-mail: sales_tc@hotmail.com

k) Nome do software da contabilidade:

Sistema de Contabilidade Pública Integrado – SCPI da Fiorilli Software

RESUMO DA POLÍTICAS CONTÁBEIS SIGNIFICATIVAS:

As demonstrações contábeis devem representar apropriadamente a situação patrimonial, o desempenho e os fluxos de caixa da entidade. A representação adequada exige a representação fidedigna dos efeitos das transações, outros eventos e condições, de acordo com as definições e critérios de reconhecimento para ativos, passivos, receitas e despesas como estabelecidos no Manual MCASP 9ª Edição, nesse contexto segue os principais critérios e políticas contábeis adotados no âmbito municipal, que afetaram a elaboração das demonstrações contábeis, tendo em consideração as opções e premissas da legislação da contabilidade aplicada ao setor público. A elaboração do Demonstrativo da Dívida Flutuante é realizada obedecendo a Lei nº 4.320/64 e as Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicada ao Setor Público – NBCASP. A demonstração utiliza o regime de caixa para registro de suas receitas e de competência para as despesas, tendo como moeda funcional adotado pelo município o real (R\$). Não houve registros em moedas estrangeiras que viessem a ser convertidas para a moeda funcional vigente.

O Demonstrativo da Dívida Flutuante demonstrará em linhas gerais a dívida de curto prazo, compreendendo, segundo a Lei 4.320/64, os restos a pagar, excluídos os serviços da dívida; os



depósitos (consignações, cauções e outros depósitos) e os débitos de tesouraria. Em Pernambuco, trata-se de demonstrações contábeis municipais, o TCE/PE adaptou à estrutura desta demonstração, organizando-a de acordo com o anexo XVI da Resolução TCE/PE nº 189, de 14 de dezembro de 2022, trazendo um modelo sintético, dando ênfase nos restos a pagar, acompanhada de quadros complementares com um maior nível de detalhamento. Porém sem perder a essência da demonstração que é a exposição circunstanciada dos passivos de curto prazo do município.

Os valores relacionados as retenções obedeceram de forma subsidiária as regras estabelecidas no IPC nº 11 da STN. Foram feitos ajustes na estrutura do Demonstrativo da Dívida Flutuante para atender as equações previstas nos itens 65, 66, 67, 68 e 69 do ICC-PE do TCE/PE. Os valores dos restos a pagar informados neste demonstrativo obedeceu ao disposto no art. 36 da Lei Federal nº 4.320/64. Valores empenhados e pagos ou cancelados no próprio exercício não compõem este demonstrativo, nem serão computados como restos a pagar.

Bases de mensuração utilizadas e demais informações pertinentes:

Mensurar infringe dizer que é o ato de selecionar bases adequadas que representem o custo dos serviços, a capacidade operacional e a capacidade financeira de uma entidade atendendo as necessidades da prestação de contas e responsabilização (*accountability*) e a tomada de decisão.

Contudo vale ressaltar que não existe uma única maneira de ou uma base norteadora aplicados aos procedimentos contábeis, a escolha de qual base de mensuração a aplicar será adotada de acordo com o grau de observância das características qualitativas enquanto considerada as restrições sobre a informação dos Relatórios Contábeis de Propósito Geral, as bases de mensura subdividem em ativos e passivos, sendo eles:

- Bases de mensuração para os ativos:
 - Custo histórico;
 - Valor de mercado;
 - Custo de reposição ou substituição;
 - Preço líquido de venda;
 - Valor de uso.
- Bases de mensuração para os passivos:
 - Custo histórico;
 - Custo de cumprimento da obrigação;
 - Valor de mercado;
 - Custo de liberação;
 - Preço presumido.

INFORMAÇÕES DE SUPORTE E DETALHAMENTO DE ITENS APRESENTADOS NAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS PELA ORDEM EM CADA DEMONSTRAÇÃO E CADA RUBRICA SEJAM APRESENTADAS

a) Termos e Definições correlatos a Demonstração da Dívida Flutuante:

O Demonstrativo da Dívida Flutuante obedece a estrutura definido no anexo XXV da Resolução TCE/PE nº 189, de 14 de dezembro de 2022. Foi utilizado o modelo sintético, complementado



por quadros de informações adicionais em notas explicativas. Esta demonstração contábil atende as exigências do Índice de Consistência Contábil (ICC) do TCE-PE, em especial as seguintes regras:

- O somatório dos pagamentos e cancelamentos de restos a pagar processados e não processados constantes nos demonstrativos de execução dos “restos a pagar não processados” e “restos a pagar processados” Balanço Orçamentário (BO) confere com o somatório de restos a pagar coluna “Baixa” (pagamento e cancelamento), no Demonstrativo de Dívida Flutuante (DDF) e na Relação consolidada de restos a pagar processados e não processados inscritos em exercícios anteriores, cujo pagamento ou cancelamento tenha ocorrido no exercício (RCRPPNPPC).
- O somatório das inscrições de restos a pagar processados e não processados constante no Balanço Financeiro (BF) confere com o somatório das inscrições de restos a pagar processados e não processados constantes na coluna “Inscrição” de Restos a Pagar no Demonstrativo da Dívida Flutuante (DDF) e na Relação consolidada de restos a pagar processados e não processados inscritos no exercício (RCRPPNPIE).
- Há no somatório das colunas “Inscritos” do Demonstrativo da Execução dos Restos a Pagar Não Processados e do Demonstrativo de Execução dos Restos a Pagar Processados e do Balanço Orçamentário (BO) em relação ao Saldo Anterior (Subtotal) dos Restos a Pagar do Demonstrativo da Dívida Flutuante (DDF) Equação $((\sum IRPNP + \sum IRPP).(BO)) = \sum (\text{saldo Anterior RP (DDF)})$ e na Relação consolidada de restos a pagar processados e não processados inscritos em exercícios anteriores (RCRPPNPIEA).
- Balanço Orçamentário (BO) e da Inscrição dos Restos a Pagar Não Processados do Balanço Financeiro (BF) em relação ao Saldo para o Exercício Seguinte (Total Geral) do Demonstrativo da Dívida Flutuante (DDF) e ao Passivo Financeiro do Balanço Patrimonial (BP) Equação: $(\sum \text{passivo [F] (BP)} + \sum IRPNP - \sum (RNPL + RPNC) (BF)) = \sum (SES (DDF))$.
- Os saldos dos Passivos financeiros Anteriores e Atual constantes no quadro de Ativos e Passivos Financeiros e Permanentes do Balanço Patrimonial (BP) conferem com os Saldos Anteriores e para o Exercício Seguinte (Total Geral) do Demonstrativo da Dívida Flutuante (DDF).
- O saldo dos Restos a Pagar constantes no quadro de Execução de Restos a Pagar não Processados do Balanço Orçamentário do ano Anterior confere com o saldo inscrito em exercícios anteriores constante no Quadro de Restos a Pagar Não Processados do Balanço Orçamentário Atual e no Saldo Anterior dos Restos a Pagar Não Processados do Demonstrativo da Dívida Flutuante Atual (DDF), exceto as inscrições em Restos a Pagar Não Processados do Ano Anterior.
- O saldo dos Restos a Pagar constantes no Quadro de Execução de Restos a Pagar Processados do Balanço Orçamentário do ano Anterior confere com o saldo inscrito em exercícios anteriores constante no Quadro de Restos a Pagar processados do Balanço Orçamentário Atual e com o Saldo Anterior dos restos a pagar processados do Demonstrativo da Dívida Flutuante atual (DDF), exceto as inscrições em Restos a Pagar Processados do Ano Anterior.

REFERÊNCIAS CRUZADAS E NOTAS EXPLICATIVAS DE FORMA SISTEMÁTICA

Segue de forma sistemática as referências cruzadas com o título, baseado em grupos de contas ou informações do demonstrativo contábil facilitando a interpretação dos usuários.



a) Demonstrativo da Dívida Flutuante:

a. Restos a Pagar Processados e Não Processados:

Anexo 17 – Demonstrativo da Dívida Flutuante da Lei Federal 4.320/64 em 31/12/2022

RESTOS A PAGAR - PROCESSADOS							
EXERCÍCIO 2020	1.050,00	0,00	0,00	1.050,00	0,00	0,00	0,00
Sub-total	1.050,00	0,00	0,00	1.050,00	0,00	0,00	0,00
RESTOS A PAGAR - NÃO PROCESSADOS							
EXERCÍCIO 2021	150,00	0,00	0,00	150,00	0,00	0,00	0,00
Sub-total	150,00	0,00	0,00	150,00	0,00	0,00	0,00

Notas Explicativas – NE:

NE1 – Restos a Pagar processados: O saldo anterior dos restos a pagar processados foi de R\$ 1.050,00. Houve inscrição no total de R\$ 0,00 pagamentos (baixa) no valor de R\$ 0,00 e cancelamento no valor de R\$ 1.050,00. Quanto as transferências de restos a pagar não processados inscritos em exercícios anteriores para liquidação ou liquidado, foi inscrito no exercício o valor de R\$ 0,00 e baixa de R\$ 0,00 resultando em um saldo para o exercício seguinte no valor de R\$ 0,00.

NE2 – Restos a Pagar Não Processados: O saldo anterior dos restos a pagar não processado foi de R\$ 150,00. Houve inscrição no total de R\$ 0,00 pagamentos (baixa) no valor de R\$ 0,00 e cancelamento no valor de R\$ 150,00. Quanto à transferência de restos a pagar não processados inscritos em exercícios anteriores para liquidação ou liquidado foi inscrito no exercício o valor de R\$ 0,00 e baixa de R\$ 0,00 resultando em um saldo para o exercício seguinte no valor de R\$ 0,00

b. Depósito e Consignações:

Anexo 17 – Demonstrativo da Dívida Flutuante da Lei Federal 4.320/64 em 31/12/2022

DEPÓSITOS E CONSIGNAÇÕES							
IMPOSTO SOBRE A RENDA RETIDO NA FONTE - IRRF	30.309,56	119.788,13	118.808,13	0,00	0,00	0,00	31.289,56
ISS	13.475,19	2.250,00	3.230,00	0,00	0,00	0,00	12.495,19
RETENÇÕES - EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS	0,00	294.005,61	294.005,61	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTROS CONSIGNATÁRIOS	15,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	15,00
Sub-total	43.799,75	416.043,74	416.043,74	0,00	0,00	0,00	43.799,75
TOTAL	44.999,75	416.043,74	416.043,74	1.200,00	0,00	0,00	43.799,75

Notas Explicativas – NE:

NE3 – Depósitos e Consignações: O saldo anterior dos depósitos foi de R\$ 43.799,75. Houve inscrição no total de R\$ 416.043,74, pagamentos (baixa) o valor de R\$ 416.043,74 e



cancelamento o valor de R\$ 1.200,00. Desta forma, o saldo para o exercício seguinte foi de R\$ 43.799,75.

c. Análise Geral Baseada na Linha Totalizadora:

Anexo 17 – Demonstrativo da Dívida Flutuante da Lei Federal 4.320/64 em 31/12/2022

TÍTULOS	SALDO ANTERIOR	MOVIMENTO DO PERÍODO					SALDO P/ O PERÍODO SEGUINTE
		INSCRIÇÃO	BAIXA		TRANSF. RP NÃO PROC. LIQ.		
			PAGTO	CANC.	INSCR	BAIXA	
RESTOS A PAGAR - PROCESSADOS							
EXERCÍCIO 2020	1.050,00	0,00	0,00	1.050,00	0,00	0,00	0,00
Sub-total	1.050,00	0,00	0,00	1.050,00	0,00	0,00	0,00
RESTOS A PAGAR - NÃO PROCESSADOS							
EXERCÍCIO 2021	150,00	0,00	0,00	150,00	0,00	0,00	0,00
Sub-total	150,00	0,00	0,00	150,00	0,00	0,00	0,00
DEPÓSITOS E CONSIGNAÇÕES							
IMPOSTO SOBRE A RENDA RETIDO NA FONTE - IRRF	30.309,56	119.788,13	118.808,13	0,00	0,00	0,00	31.289,56
ISS	13.475,19	2.250,00	3.230,00	0,00	0,00	0,00	12.495,19
RETENÇÕES - EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS	0,00	294.005,61	294.005,61	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTROS CONSIGNATÁRIOS	15,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	15,00
Sub-total	43.799,75	416.043,74	416.043,74	0,00	0,00	0,00	43.799,75
TOTAL	44.999,75	416.043,74	416.043,74	1.200,00	0,00	0,00	43.799,75

Notas Explicativas – NE:

NE4 – Análise Geral Baseada na Linha Totalizadora: Entre os exercícios de 2021 e 2022 a dívida fluante diminuiu na ordem R\$ 1.200,00, uma vez que o saldo foi de R\$ 44.999,75 as inscrições totais foram de R\$ 416.043,74, os pagamentos (baixa) no valor de R\$ 416.043,74 e cancelamentos no valor de R\$ 1.200,00. Quanto a transferência de restos a pagar não processados inscritos em exercícios anteriores para liquidação ou liquidado, houve inscrição no valor de R\$ 0,00 e baixa no valor de R\$ 0,00. O Saldo para o exercício seguinte foi de R\$ 0,00.

OUTRAS INFORMAÇÕES RELEVANTES:

- Passivos contingentes e compromissos contratuais não reconhecidos:** Não houve registro de passivos contingentes. Os ativos e passivos contingentes poderão ser reconhecidos nas demonstrações contábeis nas contas de controle dos atos potenciais ativos e passivos.
- Divulgações não financeiras, tais como objetivos e políticas de gestão de risco financeiro do município e pressuposto das estimativas:** Não se aplica a este demonstrativo.
- Reconhecimento de inconformidades que podem afetar a compreensão do usuário sobre o desempenho e o direcionamento das operações do município no futuro:** Não há registro de eventos que possam afetar a compreensão do usuário quanto ao desempenho futuro das operações do município.
- Ajustes decorrentes da omissão e erros de registros:** Não foram feitos ajustes decorrentes da omissão e erros de registro para este demonstrativo.



SALDOS SIGNIFICATIVOS DE CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA MANTIDOS, MAS QUE NÃO ESTEJAM DISPONÍVEIS PARA USO IMEDIATO POR RESTRIÇÕES LEGAIS OU CONTROLE CAMBIAL:

Saldo em 31/12/2021	Saldo em 31/12/2022
R\$ 0,00	R\$ 0,00

INFORMAÇÕES RELEVANTES SOBRE TRANSAÇÕES DE INVESTIMENTOS E FINANCIAMENTOS QUE NÃO ENVOLVEM O USO DE CAIXA:

Saldo em 31/12/2021	Saldo em 31/12/2022
R\$ 0,00	R\$ 0,00

DESCRIÇÃO DE AJUSTES RELACIONADOS ÀS RETENÇÕES, SE HOUVER:

As retenções são consideradas como pagas no momento da liquidação, em contrapartida com contas do grupo extraorçamentários e apropriados orçamentariamente para cada caso, não implicando em interferência no saldo em espécie que necessitem de eventuais ajustes.